

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Governo prepara licitação da hidrelétrica Tabajara	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	3
Título: Notas	3
VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Curtas	3
Título: Destaques.....	4
Título: Multiner é palco de disputa societária	5
Título: Gerentes da Tata Steel tiram dinheiro de fundo de pensão.....	7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Governo prepara licitação da hidrelétrica Tabajara**

O ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho, disse que o governo prepara a licitação de uma nova hidrelétrica na Amazônia. O projeto, que está em fase de licenciamento ambiental, já teve seus estudos de viabilidade concluídos e, segundo o ministro, será licitado em 2018.

A hidrelétrica, batizada com o nome de Tabajara, seria construída na região norte de Rondônia, numa área próxima ao Estado do Amazonas. Com a barragem construída no Rio Machado, no município de Machadinho D'Oeste, a usina Tabajara geraria 400 megawatts de energia.

A região de Machadinho é uma das áreas da Amazônia que mais sofrem com o desmatamento irregular e ocupações ilegais de terra. Os estudos técnicos entregues à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) preveem que a usina inunde uma área de 96 quilômetros quadrados da região. O projeto, que já chegou a figurar na lista de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está há anos no papel, mas não avança por causa de dificuldades de licenciamento ambiental.

Nos últimos anos, Rondônia recebeu dois dos maiores empreendimentos hidrelétricos do País, as usinas de Jirau e Santo Antônio, erguidas no Rio Madeira. Santo Antônio está entre os empreendimentos citados pelos delatores da empreiteira Odebrecht como um dos principais projetos de infraestrutura que foram usados para pagamentos de propina, conforme revelações apuradas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Lava Jato.

Belo Monte. O ministro admitiu que há riscos de a energia gerada pela Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, não ter condições de ser 100% distribuída para o País a partir do início de 2018, em decorrência de atrasos nas obras da principal linha de transmissão que vai se conectar à usina.

"Estamos conversando com a agência e com os envolvidos nessa situação para tentar encontrar uma solução. A obra vem acontecendo. Não temos problemas ainda no escoamento. É possível que isso possa acontecer a partir de 2018. Daqui para lá estamos correndo para tentar encontrar alguma solução."

O problema do MME se chama Abengoa. A empresa espanhola, responsável por parte da transmissão de energia de Belo Monte, vive extrema dificuldade financeira. A empresa não executou praticamente nada das obras que assumiu

em um contrato firmado em 2013 e que deveria ter sido concluído em outubro de 2016.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Antonio Temóteo

Título: Notas

Setor petrolífero em alerta

» Empresas do setor de petróleo estão acompanhando com lupa as decisões tomadas pelo governo de Donald Trump. O temor dos executivos é de que o presidente dos Estados Unidos decida que a Marinha do país não deve mais garantir a segurança dos principais corredores marítimos por onde são escoadas as produções extraídas em diversos continentes. São os porta-aviões e navios norte-americanos que mantêm piratas, saqueadores e terroristas longe das principais plataformas de exploração da commodity.

Redução de gastos

» Uma possível decisão de Trump desfavorável ao setor seria justificada como uma medida para reduzir os gastos do país. Estima-se que trilhões de dólares foram desembolsados nas últimas décadas para manter a frota norte-americana nos mares, policiando os diversos trajetos por onde são escoados o petróleo. Isso fazia sentido quando o país dependia da importação do produto para assegurar o abastecimento do país. Agora, as reservas de gás de xisto podem garantir aos Estados Unidos a tão sonhada independência energética.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Retomada de Angra 3

A Eletronuclear, controlada da Eletrobras e responsável pela usina Angra 3, já começou tratativas com potenciais "parceiros estratégicos" para a usina, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, em audiência pública no Senado. Segundo ele, a expectativa é que o governo defina nos próximos três meses a estratégia para que a usina possa ter as obras retomadas. "Estamos conversando e já recebemos propostas de empresas multinacionais das

mais diversas". Ele lembrou que a Constituição Federal proíbe o manuseio de combustível nuclear ou a operação de projeto desse ramo por empresa privada.

Abengoa e Belo Monte

O governo já admite que a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), não conseguirá escoar parte da produção de energia a ser entregue em fevereiro de 2018. O impedimento, segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, é justificado pelo atraso na construção das linhas de transmissão da Abengoa, que está em recuperação judicial desde o início de 2015. "Só vamos enfrentar estrangulamento pelo atraso da obra da Abengoa na oitava máquina de Belo Monte, quando ela for entrar em produção. Aí, a usina vai começar a ter algum tipo de restrição", afirmou o ministro em audiência pública no Senado.

MPF X Petrobras

O Ministério Público Federal (MPF) em Caraguatatuba e o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizaram uma ação civil pública contra a Petrobras e a subsidiária Transpetro para que ambas sejam condenadas pelo vazamento de 266 mil litros de óleo no Parque Estadual da Serra do Mar, município de São Sebastião (SP), em fevereiro de 2004. A ação pede que as empresas sejam obrigadas a pagar R\$ 322,58 milhões pelos danos morais coletivos causados ao meio ambiente, além de apresentarem, no prazo de 30 dias, um projeto final e completo de reparação ambiental, abrangendo todos os danos e áreas ainda não remediadas desde o acidente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Prumo confirma conversa

A Prumo confirmou ontem que está em negociações "preliminares e ainda não vinculantes" para a transferência dos direitos da Bolognesi no contrato de venda de energia oriundo do leilão A-5, realizado em 2014. A informação foi antecipada pelo Valor na edição de ontem. No esclarecimento, enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por conta da reportagem, a Prumo diz que ainda "não tem visibilidade sobre a concretização do negócio" e que, por isso, "não existe nenhum contrato definitivo ou qualquer documento vinculante assinado". O Valor apurou que a Bolognesi está em negociações avançadas com a Prumo para a venda da termelétrica Novo Tempo (PE), de 1,2 gigawatts (GW) de potência, e do terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) que faz parte do

projeto. O negócio também pode envolver a termelétrica Rio Grande (RS), que também tem 1,2 GW, e outro terminal de GNL.

Minério tem leve alta

O minério de ferro registrou leve recuperação ontem no mercado à vista chinês, após atingir seu pior nível em quase oito meses na segunda-feira. Os preços do produto com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiram 0,2%, para US\$ 56,03 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". A commodity, contudo, segue sob pressão e acumula queda de 29% no ano. A demanda chinesa tem perspectiva de desaceleração, em parte porque o período sazonalmente mais forte para as produtoras de aço na China - maiores compradoras de minério no mundo - está chegando ao fim, mas também porque um saneamento das contas públicas fecha as portas para novos estímulos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Thais Carrança

Título: Multiner é palco de disputa societária

Um dos alvos da operação Greenfield da Polícia Federal, deflagrada em setembro e que investiga irregularidades em fundos de pensão, a controladora de usinas de geração de energia elétrica Multiner é palco de um embate entre minoritários e controladores.

Os controladores do grupo Bolognesi tentaram destituir o presidente da empresa, mas a ação foi revertida na semana passada por decisão liminar, a pedido dos minoritários - as fundações de previdência Petros, Postalís, Funcef, Infraprev, Faceb, Refer, Fundiágua e Regius, cotistas do Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP).

Segundo a decisão liminar do juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a reunião do conselho na qual foi votada a destituição de Ricardo Fialho Sello e sua substituição por Edésio Alves Nunes Silva foi convocada pelos controladores sem que fosse observado o prazo estatutário mínimo de 15 dias de antecedência até a realização.

Auditoria teria encontrado indícios de pagamentos sem comprovações a uma conselheira da empresa

Além disso, aponta o juiz na decisão, há indicativos de que a destituição teria ocorrido em razão da descoberta, por meio de auditoria realizada, de

pagamentos sem as devidas comprovações à conselheira Chiara Bolognesi, o que poderia comprometer a validade do voto da conselheira.

"O presidente não impediu que, no relatório de auditoria externa do balanço, constassem retiradas por parte de conselheiros do acionista majoritário. Um dos motivos alegados [pelo controlador] para a destituição foi esse", afirma Christian Schneider, diretor de investimentos do Postalis e representante dos minoritários no conselho de administração da Multiner.

"A informação que chegou para nós, como acionistas minoritários da companhia, é que ele estava sendo pressionado pelo acionista controlador para que retirasse, ou não fizesse constar do balanço, esse tipo de informação", relata o conselheiro.

Conforme Schneider, apesar de ter sido escolhido pelo controlador, Sellos vinha fazendo um bom trabalho à frente da empresa, aumentando sua transparência e facilitando o acesso a dados pelos minoritários. Daí a surpresa com sua destituição extemporânea e em desacordo com os ritos estatutários da companhia.

O diretor jurídico da Bolognesi Energia, Rodrigo Bueno, afirma que a decisão de substituição de Sellos ao cargo de diretor-presidente da Multiner já estava madura dentro da empresa, e que algumas atitudes tomadas pelo executivo nas últimas semanas, que estariam em desacordo com o regime de governança da holding, anteciparam a destituição.

Bueno, no entanto, não detalhou que medidas teriam ferido as regras da companhia, sob alegação de confidencialidade.

Segundo o diretor jurídico, os supostos pagamentos sem comprovações à conselheira Chiara, citados pelo juiz na decisão que reverteu a destituição do presidente, envolvem um relatório confidencial, elaborado pela firma de auditoria BDO a pedido da Multiner, e considerado "absolutamente errado" pela Bolognesi.

"O relatório tem uma série de inconsistências. Não posso entrar em detalhes, pois o documento está sob regime de confidencialidade, mas obviamente nós vamos contestar todas as incongruências", diz Bueno.

O executivo também nega as acusações de minoritários de que Sellos estaria sendo pressionado para que informações encontradas pelos auditores fossem retiradas do balanço. "Isso não existe, em absoluto", diz o diretor.

O parque gerador da Multiner é composto por três usinas operacionais, sendo duas eólicas e uma termelétrica, localizadas no Nordeste e Norte do país, e com

capacidade instalada de 236,8 megawatts (MW). A companhia reportou um receita líquida de R\$ 53,3 milhões em 2015.

A Bolognesi controla 52% do capital votante, tendo como sócio o Multiner FIP, com os 48% restantes. O fundo ingressou no capital da empresa em 2008.

A carteira de ações detidas pelo Multiner FIP era avaliada em R\$ 299,8 milhões em dezembro de 2016, contra R\$ 1,27 bilhão em junho daquele ano, representando uma perda de valor de mercado de cerca de R\$ 965 milhões - equivalente a 76%.

A Multiner ainda não publicou demonstrações contábeis auditadas de 2016 e do primeiro trimestre de 2017. O último balanço arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do terceiro trimestre do ano passado, recebeu conclusão adversa dos auditores da EY (antiga Ernst & Young).

Entre os oito pontos citados pela EY como base para sua opinião adversa, estava a constatação de fraquezas relevantes em relação aos controles internos relacionados ao processo de elaboração das informações contábeis, principalmente relacionados a controles preventivos e detectivos na identificação de fraudes.

Procurada pelo Valor para comentar as críticas do diretor da Bolognesi ao relatório por ela produzido, a BDO informou que sua diretoria prefere não comentar o caso em questão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Josephine Cumbo | Financial Times

Título: Gerentes da Tata Steel tiram dinheiro de fundo de pensão

Gerentes seniores da Tata Steel tiraram suas aposentadorias do fundo de pensão da empresa, depois de a siderúrgica ter negociado acordo para reduzir a renda dos membros do plano previdenciário que se aposentem.

Os encarregados de administrar o fundo de pensão British Steel Pension Scheme (BSPS) confirmaram que alguns dos principais gerentes estão entre as centenas de funcionários antigos e atuais da Tata Steel, ainda não aposentados, que optaram por resgatar antecipadamente suas aposentadorias no plano previdenciário que leva em conta seus salários finais.

O número de transferências para fora do fundo da BSPS mais do que dobrou, uma vez que os funcionários aproveitaram a alta no valor das ofertas em dinheiro para os que saíram dos planos de benefícios definidos nos últimos dois anos.

"O número de transferências completadas durante este ano até 31 de março foi de 482; o dado comparativo do ano anterior foi de 170", segundo os encarregados da administração do BSPS. "Incluído no número de 482 há um pequeno número de gerentes seniores antigos e atuais, em consonância com os números totais", completaram.

Os detalhes das transferências foram anunciados um mês depois de a Tata Steel ter divulgado que havia chegado a acordo com a BSPS para dissociar o fundo de aposentadoria de 15 bilhões de libras esterlinas (US\$ 19,32 bilhões) da empresa.

Os administradores do BSPS apoiaram o plano de separar o fundo de pensão da empresa, que incluiu a redução dos benefícios de dezenas de milhares de membros, mas os manteve fora do fundo emergencial, no qual os benefícios poderiam ser ainda menores para alguns.

Os 482 membros que optaram por sair do plano, resgatando sua aposentadoria futura na forma de um pagamento fixo único antecipado, não vão ser afetados pelo acordo, que ainda precisa ser aprovado pelos órgãos supervisores.

Aproximadamente 33 mil dos 126 mil membros do fundo de pensão estão potencialmente aptos a resgatar antecipadamente suas aposentadorias.

"O [fundo] BSPS melhorou os valores da transferência de dinheiro nos últimos meses para refletir a estratégia de investimento de menor risco do plano", afirmou John Ralfe, especialista independente em previdência. "O fato de que um membro transferindo agora recebe mais dinheiro pode explicar o aumento pronunciado no número de pessoas transferindo", completou o especialista.

A Tata Steel não quis comentar as informações sobre a saída dos funcionários do plano, mas se acredita que nenhum alto executivo envolvido nas negociações sobre a separação do fundo de pensão tenha transferido sua aposentadoria.

MME / ASCOM .